

# Economia e sustentabilidade: sobre o PEC e o governo progressista das sociedades

Por JOSÉ REIS \*

Como é bem sabido, os anteriores Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) não suscitaram grande curiosidade ou debate público. Pareceram simples formalidades, isto é, cumprimento rotineiro de compromissos instituídos na altura do Pacto que fundou a União Económica e Monetária e que – salvo quando se tratava do défice das contas públicas – não mereciam especial detalhe.

A razão da controvérsia contemporânea é óbvia. Num momento como o que atravessamos, o PEC tem de ser discutido como o documento onde se deveria reflectir o pensamento necessário à definição de uma política económica de médio prazo, no contexto preciso da profunda crise que abalou as economias desenvolvidas e as suas periferias. É este, aliás, o motivo que obriga a discutir o PEC em termos muito mais amplos e exigentes do que os que possam rodear um exercício anual ou de curtíssimo prazo, como por exemplo a elaboração do Orçamento do Estado. E muito mais amplos, também, do que os termos que certamente se usariam se estivéssemos num período de normalidade em matéria de crescimento e de organização económica. Mas não é disso que se trata e, por tais razões, o que está em causa são opções, orientações, trajectórias que não podem ser dissociadas das convulsões que mostraram dramaticamente os limites das economias baseadas num excesso de mercado, nem do que importaria começar a entender como bases para um quadro colectivo susceptível de substituir o actual ambiente depressivo.

## 1. Da incerteza à turbulência persistente

De facto, a realidade económica que nos rodeia está sujeita a uma grande turbulência, de tal forma que já parece pouco esclarecedor falar apenas de incerteza: talvez se devesse falar antes de insustentabilidade do actual modelo económico, à escala europeia.

Assim sendo, devíamos estar a debater opções capazes de configurar uma refundação da política económica e de tornar evidente que se assumia a urgência de reorganizar a economia e a sociedade, no sentido de patamares de sustentabilidade mais sólidos. Para isso, sugiro que, entre muitas outras possibilidades, demos atenção a duas questões cruciais: aos factores que influenciam a procura e aos que intervêm na capacidade para dar às economias um sentido organizacional e de governação em que os aspectos colectivos e sociais sejam relevantes.

O primeiro pressuposto desta sugestão é que o grande problema das economias sujeitas à crise intensa em que estamos é o da formação da procura. Parece indiscutível que as convulsões trazidas pelo desabar do quadro económico prevalente até há dois anos não só afectou os rendimentos das famílias e dos Estados, reduzindo a sua capacidade para validar socialmente a produção através do consumo e do investimento, como afectou dramaticamente as suas expectativas, a sua confiança e a sua capacidade para serem elementos propulsores de futuro. A forma profunda como a procura foi atingida colocou as economias na vizinhança da deflação e da depressão. Essa é, parece-me, a causa essencial da escassa verosimilhança das previsões de uma retoma rápida e minimamente robusta.

Aliás, parece-me também razoavelmente fora da realidade imaginar que a chamada «saída da crise» possa ser entendida como um mero passo de adaptação. Não se trata, pois, de retomar um percurso que a crise abalou e cuja projecção linear para o futuro pudesse ser redesenhada de acordo com as balizas que definiram o passado. Em boa verdade, as economias são sistemas sociais de produção. Isto é, as capacidades de produção e os mecanismos de troca que elas desencadeiam só fazem sentido no quadro de um sistema de provisão em que, através da consolidação de determinados padrões de organização colectiva, aquela produção é validada socialmente, isto é consumida, gerando-se assim processos de bem-estar individual e colectivo. Por tudo isto, o que interessaria saber é se a política económica e os documentos que, como o PEC, lhe dão expressão substantiva apontam para caminhos que permitam superar a profunda desre-

gulação dos mecanismos sociais em que o funcionamento das economias se apoia.

## 2. Os fundamentos sociais da economia

A procura depende, obviamente, dos rendimentos que se formam na economia. E depende igualmente do significado social desses rendimentos. Em sociedades em que houve lugar a uma ampla salarização do emprego e a uma democratização do acesso ao bem-estar, os rendimentos do trabalho são, evidentemente, cruciais. Não é demais lembrar que é com os salários que uns (empresas ou outras organizações) pagam, e para quem esse desembolso é um custo, que se forma a procura (isto é, o rendimento) de outros. A não redução do salário à categoria de custo e o entendimento de que ele é a base de uma relação social foi, como é bem sabido, um dos mecanismos pelos quais, no século passado, as economias industrializadas alcançaram



THADDEUS STRODE | *Oasis & Mirage: Promising Promised Lands/No Self (2008)* | Galeria Mário Sequeira, Parada de Tibães, Braga (até 15 de Abril)

patamares de crescimento virtuoso.

As sociedades e as economias de hoje são, como é desnecessário dizer, profundamente diferentes das da época precedente. Não estamos perante a emergência de intensos processos de industrialização ou de urbanização, não assistimos à incorporação crescente de trabalho no mercado do emprego, não estamos numa rápida ascensão das qualificações e das habilitações de largos estratos populacionais. Somos, ao contrário, sociedades terciarizadas e economias que atingiram padrões de maturidade produtiva elevados e em que os ganhos de produtividade e as inovações não produzem os intensos efeitos reestruturadores que ocorreram em fases históricas de arranque para novos estádios de desenvolvimento.

Isso não invalida e, pelo contrário, exige que se assumam novos compromissos sociais capazes de servirem de base a um modelo de desenvolvimento sustentável, isto é, em que seja possível encontrar mecanismos colectivos de governação e processos dinâmicos sólidos. O esquema de inserção no trabalho e as regras sociais que integram as pessoas no modelo económico – incluindo, evidentemente, a regra do salário justo – são questões essenciais.

## 3. As opções do PEC: a estabilização recessiva

O primeiro ponto a merecer atenção no PEC é, por tudo isto, o que diz respeito aos rendimentos que se penalizam quando se trata de distribuir sacrifícios. Como é bem sabido, decidiu-se com peculiar clareza e proclamada coragem quando se tratou de congelar salários e de introduzir tectos nas despesas sociais: como se, em geral, os assalariados fossem privilegiados em Portugal e como se a situação da economia e da sociedade deixasse antever que é possível abrandar os apoios de que os excluídos e os mais desprotegidos necessitam. Ao invés, esta demonstração «corajosa» não se nota quando estão em causa outros rendimentos. Apesar

do novo escalão do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), o PEC revela-se cerimonioso, ou mesmo reverente, perante os grandes lucros, a começar pelos do sector financeiro, a quem não é pedido sequer uma participação relevante no esforço, quanto mais um sacrifício. Ora, segundo dados publicados pela Comissão Europeia, o envolvimento do Estado português em apoios ao sector financeiro tem sido elevadíssimo desde 2005.

Além de fazer do trabalho a variável sobre que recaem os maiores sacrifícios, o PEC também auto-fragiliza o Estado. Fragiliza-se a Administração Pública, em primeiro lugar, assumindo-a como um peso, em vez de a encarar como um poder organizativo da sociedade. Depois, fragiliza-se a economia e a sociedade, como acontece com o plano de privatizações, que é insensato e injustificado: cria brechas em domínios cruciais da esfera pública (iniciando a desagregação dos CTT ou do universo da CGD), abre mão de dividendos de empresas lucrativas, põe em risco domínios essenciais de regulação pública. De facto, parece que o governo procura

Veja-se o que se passa com a aposta nas exportações que é, porventura, a única expectativa positiva que o PEC acalenta. É aqui que o problema da lógica económica do PEC revela a sua imensa fragilidade. Numa Europa em que todos os países parecem seguir a mesma lógica, numa solidão individual insustentável, qual o destino de tanta exportação se todos tendem a reduzir as suas respectivas capacidades de compra? Convém não esquecer que a União Europeia acolhe mais de três quartos das exportações portuguesas.

Importa, pois, discutir a capacidade europeia para, em conjunto, lançar um programa de relançamento económico (e não de contracção). Um programa que dependeria de três coisas essenciais: uma forte iniciativa política mais igualitária e mais comprometida com os cidadãos e com uma intervenção real de qualificação da economia e da sociedade (e não o incipiente e abstracto programa da Comissão para 2020); um quadro orçamental radicalmente diferente do que tem vigorado na União, que limita a capacidade comunitária a cerca de 1 por cento do produto interno bruto (PIB) total; uma revisão profunda do papel do Banco Central Europeu (BCE), que actualmente financia os fundos privados que compram as obrigações dos tesouros nacionais, renovando-lhes a capacidade para especularem, mas não financia os próprios Estados.

## Conclusão: um programa de estabilização sem lugar para a economia e para a sociedade

A elaboração de um Programa de Estabilidade e Crescimento para o período 2010-2013 foi certamente um exercício difícil para o governo e compreende-se que as margens de escolha política sejam estreitas. Para isso contribui a sujeição em que se encontra o financiamento dos Estados e das economias deficitárias, exclusivamente dependente dos mercados financeiros internacionais e da lógica especulativa que aí domina. Como tem sido bem demonstrado pelo relevo assumido pelas agências de notação (*rating*) e pelos fundos privados, os espaços de soberania estão totalmente à mercê da desregulada soberania da especulação e do poder privados.

Quer isto dizer que se admite que a principal fragilidade do PEC português reside, porventura, em realidades que transcendem o documento e a própria decisão governamental. Mas é igualmente indiscutível que, independentemente destas considerações, o PEC português tem opções controversas, orientações desequilibradas e consequências injustas e assimétricas.

Pode dizer-se que o Programa de Estabilidade e Crescimento é, essencialmente, um Programa de... Estabilidade. Quando se contraem os salários e os rendimentos dos desfavorecidos e se reduz o investimento – bases essenciais da procura – a atenção à economia, isto é, à capacidade para estimular a criação de riqueza e de emprego dilui-se. Não é possível ver nisso senão um sinal negativo para os que produzem, criam emprego e, portanto, esperam que exista procura. Ninguém que tenha preocupações com o risco deflacionista que paira sobre as economias fica tranquilo. O Relatório da Primavera do Banco de Portugal não podia ser mais sombrio. Corrige negativamente as previsões mais imediatas do PEC e ilustra o que se disse acima sobre a turbulência recessiva.

É por tudo isto que interessa intensificar o debate político acerca das opções económicas e orçamentais, assim como sobre as questões europeias.

\* Economista, docente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) e investigador do Centro de Estudos Sociais da FEUC.

